

| 1070 | MURO PARA QUEM?

Renato Cosentino Vianna Guimarães, Renata Neder Farina

Resumo

Os conflitos vivenciados hoje pelas famílias de baixa renda moradores de favelas estão situados dentro de um processo mais amplo de crise habitacional e segregação social e espacial. Isso decorre das práticas dos diferentes modeladores do espaço urbano ao longo da história da cidade. Os processos de valorização, desvalorização e refuncionalização dos diferentes espaços mostram que a especulação com o solo urbano, junto com a incorporação de novas áreas de moradia das classes média e alta, levam a uma política agressiva de remoção e expulsão das áreas de baixa renda e favelas que as rodeiam, impostas sob diferentes discursos. Recentemente, um dos argumentos que ganhou força para justificar tal política é a proteção ao meio ambiente.

1. Introdução

Os conflitos vivenciados hoje pelas famílias de baixa renda moradores de favelas estão situados dentro de um processo mais amplo de crise habitacional e segregação social e espacial. Isso decorre das práticas dos diferentes modeladores do espaço urbano ao longo da história da cidade. Os processos de valorização, desvalorização e refuncionalização dos diferentes espaços mostram que a especulação com o solo urbano, junto com a incorporação de novas áreas de moradia das classes média e alta, levam a uma política agressiva de remoção e expulsão das áreas de baixa renda e favelas que as rodeiam, impostas sob diferentes discursos. Recentemente, um dos argumentos que ganhou força para justificar tal política é a proteção ao meio ambiente.

Favelas e a política urbana no Rio de Janeiro

A história do Rio de Janeiro é marcada por grandes intervenções urbanas e remoções forçadas. As reformas urbanas do início do século XX desalojaram um grande número de famílias, com a abertura de novas vias de acesso e o avanço das linhas de bonde, fatores que contribuíram para o rápido crescimento da cidade em direção à Zona Sul. A implantação e a ampliação dos meios de transporte de massa incorporaram áreas que antes eram inacessíveis, o que resultou na valorização fundiária de determinadas regiões. A substituição do sistema de bondes pela opção rodoviária, no contexto da industrialização da década de

50, fez com que viadutos e grandes avenidas se tornassem parte da paisagem carioca, junto com a abertura de túneis para dar conta do constante aumento do fluxo de automóveis. O que se viu a partir daí foi a intensificação desse processo nas décadas seguintes.



As favelas surgem, em primeiro lugar, para suprir o déficit habitacional da população de baixa renda. Quando se inicia a expansão metropolitana, elas também cumprem a função de aproximar o trabalhador das zonas economicamente ativas da cidade, equilibrando a oferta de mão de obra e criando uma das características mais marcantes do Rio de Janeiro: a convivência próxima de pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, mesmo em bairros considerados nobres da cidade. Parte das famílias expulsas pelas diversas intervenções

urbanas ao longo da história ou ocuparam lugares ainda mais distantes ou adensaram as favelas já consolidadas da cidade.

Segundo Valladares, a noção de que se deveria administrar e controlar as favelas se fortaleceu na década de 40, com estudos detalhados e estatísticos das condições de moradia e das próprias pessoas que habitavam estes locais. Nesse período surge também a figura do assistente social, que participava de uma gestão da pobreza que incluía certa proteção social com o controle dos pobres. As favelas só seriam reconhecidas no Código de Obras do Rio de Janeiro como um espaço urbano em 1937, e o primeiro recenseamento geral em que elas aparecem só seria feito em 1950, cerca de meio século depois da formação da primeira favela do então Distrito Federal.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelas remoções forçadas, que hoje são lembradas pela violência com que foram efetivadas e costumam ser explicadas pelo caráter autoritário do regime militar. Em um período de 12 anos foram atingidas 80 favelas, demolidos mais de 26 mil barracos, o que impactou cerca de 140 mil pessoas. A percepção das elites era de que os favelados seriam fruto de um processo marcado pela marginalidade social, e essa justificativa ideológica deu suporte para as ações do período. As remoções e os reassentamentos foram financiadas pelo governo federal e o Banco Nacional de Habitação (BNH), surgindo então diversos conjuntos habitacionais em zonas afastadas da cidade.

Com a crise econômica dos anos 80 e o crescimento das metrópoles brasileiras na transição para o regime democrático, as favelas se espalharam por grandes áreas da cidade, se tornando um dos principais debates públicos na década seguinte. Isso porque grupos armados do tráfico de drogas se instalaram nestes territórios, o que ajudou a criar o seu estigma de violência e de abrigo de marginais. Essa percepção foi consolidada pela abordagem da mídia frente aos acontecimentos, pelo aumento da criminalidade na cidade e pela mitificação desse poder paralelo. Nos anos 90 inicia-se o processo de aceitação das favelas como pertencentes à malha urbana, e a discussão sobre a remoção evolui para o debate sobre como integrá-las, culminando em projetos como o Favela Bairro, de 1994. No entanto, a questão da violência e do tráfico permanecia, e as favelas continuavam abrigando grupos armados, num contexto de desigualdade extrema, desaquecimento da economia e violência.

A dominação da população de baixa renda das favelas cariocas foi claramente exposta na entrevista de Hélio Luz, então chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, no documentário “Notícias de uma Guerra Particular”, na segunda metade da década de 1990.

Com uma fala marcada pela frustração, Luz deixaria o cargo poucos meses depois. Sem medir as palavras, ele expõe o caráter da instituição que comanda: “Eu digo, não precisa ninguém dizer, a polícia é corrupta. A instituição que existe é a que foi criada pra ser violenta e corrupta. E o pessoal estranha. [...] A polícia foi feita pra fazer segurança de Estado e segurança da elite”.

Hélio Luz prossegue descrevendo o método utilizado para proteger a elite: “Eu faço política de repressão, entende, em benefício do Estado, pra proteção do Estado, tranquilamente. Mantém a favela sob controle. Como é que você mantém dois milhões de habitantes sob controle, ganhando R\$ 112, quando ganha? Como você mantém os excluídos todos sob controle, calmos? (entrevistador: Com repressão?) Lógico que é com repressão, como é que você vai manter?”. As perguntas retóricas demonstram que Luz entendia a lógica de funcionamento do sistema que estava inserido e tinha total clareza da posição que ocupava. “É polícia política mesmo. Isso aqui é uma sociedade injusta e nós garantimos a sociedade injusta. O excluído fica sob controle, ai dele que saia disso. E nós fazemos o negócio bem sofisticado. Na África do Sul eles colocam arame, aqui é sem arame. E não reclame, e pague imposto”.

Luz explica que os excluídos têm duas opções: se resignar e aceitar a posição que ocupam, ou serem reprimidos. “O pessoal está acostumado, entende. Então ele se acomoda com isso. O desgraçado tem uma televisão, assiste a televisão. Acabou a novela das oito, as nove e meia ele abre a porta e vê o que é o morro. Vai reproduzir o que ali dentro? Mas ele não é violento não, porque ele fica lá dentro. Ele é tão estúpido, né, que fica lá dentro. Ele não sai. Quando ele sai a gente dá logo um (faz gesto de tiro), coloca de novo ele lá dentro. Volta! Ai ele volta”. Hélio Luz mostra que é reduzida a margem para se sair dessa situação. No entanto, ele sabe que, se organizados, os dois milhões de excluídos poderiam incomodar a elite protegida: “Há morros aqui que têm cem homens, cem homens armados e com armamento sofisticado. O dia que eles perceberem como é essa relação e eles resolverem descer organizados eles tomam isso aqui”.

Favelas e o Rio de Janeiro dos mega eventos esportivos

Quase duas décadas após o início da urbanização de favelas no Rio de Janeiro, constata-se que o que foi realizado destes projetos e os investimentos sociais não foram suficientes para mudar a estrutura territorial da cidade. Atualmente continuam lado a lado

favela e cidade formal, uma situação insustentável sem o controle do lado mais fraco, como bem descreveu Hélio Luz. Nesse contexto, e com a necessidade de adequação da cidade para receber eventos esportivos de grande porte como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o governo do Estado inaugurou no fim de 2008 a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), política de segurança que estabelece bases de polícia permanentes em territórios selecionados. O foco é a ocupação policial das favelas, prometendo benefícios sociais conseguintes, com a UPP Social. Atualmente estão em funcionamento cerca de 20 UPPs, concentradas majoritariamente na região do maciço da Tijuca e na Zona Sul da cidade.

Além disso, programas de governo prometem a urbanização das favelas – como o Morar Carioca que substituiu o Favela Bairro –, mas trazem de volta o trauma das remoções forçadas e o envio da população mais pobre para áreas afastadas, no limite do município, revivendo práticas do período militar. Um documento apresentado pela Relatoria do Direito à Cidade Plataforma DHESCA, de maio de 2011, denunciou diversas situações de violação do direito à moradia decorrentes das obras na cidade, principalmente na Zona Oeste, onde se concentrarão os principais equipamentos olímpicos.

A história de Altair Antunes Guimarães, de 55 anos, é a síntese da forma como o poder público intervém no espaço ocupado por famílias de baixa renda no Rio. Ele vivia na Ilha dos Caiçaras, na Lagoa Rodrigo de Freitas, quando o processo de remoção atingiu a Zona Sul, nas décadas de 60 e 70. Expulso de casa, acabou sendo levado com a sua família para a Cidade de Deus, aos 14 anos. De lá foi desalojado mais uma vez para a passagem da Linha Amarela, no mandato de Luiz Paulo Conde (1997-2000), quando então se mudou para a Vila Autódromo. Atualmente ele é o presidente da associação de moradores da comunidade, que está na mira da Prefeitura do Rio para dar espaço ao Parque Olímpico. A parceria público-privada prevê que o terreno da Vila Autódromo seja cedido para a construção de condomínios residenciais e hotéis de luxo após 2016. Altair enfrenta assim a terceira remoção em quatro décadas: “O sentimento é que você está sempre incomodando, tendo que dar espaço”.

As remoções e a instalação de UPPs são indissociáveis do recente aumento do preço dos imóveis no Rio de Janeiro, que tem afetado especialmente o entorno e as próprias favelas ocupadas pela polícia. A regularização fundiária e de serviços de infraestrutura e a formalização do comércio, que se segue após a ocupação, abre espaço para a entrada de agentes financeiros externos nas favelas. Não à toa, em agosto de 2010 foi anunciado o investimento em forma de doação por parte de empresas privadas às UPPs. Apenas do

empresário Eike Batista serão R\$ 100 milhões até 2014, o que demonstra o interesse na inclusão desses territórios em sua área de influência. Para Eike, as UPPs são um “modelo para o Brasil e talvez para o mundo”. Ele complementa: “O conceito é tão fantástico, vimos que funciona. Não imaginava que a gente ia arrumar uma solução para resolver o problema das favelas. É um compromisso sério”. O empresário ainda chamou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, de “grande general”.

A ideia criada sobre as UPPs é a de uma solução que veio revolucionar e resolver o problema das favelas. Ao atuar diretamente na segurança, porém, a UPP age de imediato na única questão que preocupa os moradores da cidade formal, que é a violência. É a mesma segurança de elite exposta por Hélio Luz há mais de uma década. Após três anos de UPP no Dona Marta a filosofia continua a mesma, de repressão e controle, noção claramente exposta nos muros e câmeras colocados na favela e na fala de Eike - “Beltrame é um grande general”. Paulo Sérgio Rosa, morador e pedreiro da construção do muro que cerca a comunidade, sintetiza: “Pra virar um presídio agora só falta mesmo o portão. Só falta o portão porque a câmera pra filmar a gente já tem, nossa liberdade a gente não tem mais. Polícia na área toda já tem. Policiamento geral”. Emerson Fiell, que é morador do Dona Marta, rapper e ativista de direitos humanos, também questiona o contingente policial: “Coloca um policial em cada andar do seu prédio pra ver se você vai gostar. É o que eles estão fazendo aqui”.

A UPP como política de segurança amplia o controle e a repressão, pois não domina apenas os moradores mas também o território que eles ocupam. Isso se dá através do reconhecimento formal do espaço, aplicando a lei de forma conveniente e arbitrária, e também pelo estabelecimento de limites físicos como os muros, conhecidos como “barreiras acústicas”, “ecolimites”, entre outros eufemismos. A sofisticação do controle sem barreiras, descrita por Hélio Luz, foi substituída por um controle que deixa marcas físicas no território em lugares de interesses específicos, valorizados pelos investimentos em urbanização e pela especulação imobiliária.

2. Muros: segregação e maquiagem urbana

O discurso de proteção ambiental faz parte do leque de justificativas do poder público e é acessado quando convém para legitimar práticas e ações, como o controle do território e as remoções. Um dos exemplos mais ilustrativos deste novo processo de

segregação é a construção de muros ao redor de favelas no Rio de Janeiro. O primeiro foi construído no morro Dona Marta, em Botafogo, em 2009. Foram prometidos mais 10 muros para cercar as favelas da cidade, financiados pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), todos na Zona Sul. Segundo o Boletim de Transparência do Governo do Estado, o Fecam é formado por parte da arrecadação dos royalties da exploração de petróleo e gás no Estado. Em 2009, dos R\$ 260,25 milhões disponíveis, R\$ 5,88 milhões foram gastos com os ecolimites das comunidades do Dona Marta, Rocinha, Chácara do Céu e Parque da Pedra Branca. No ano seguinte, o fundo arrecadou R\$ 373,87 milhões, investindo R\$ 14,59 milhões na delimitação de ecolimites e remanejamento de ocupações das mesmas comunidades, exceto no Dona Marta, que já se encontrava com o muro construído em 2010.

Segundo o governo do Estado, os ecolimites têm como objetivo conter a expansão das moradias irregulares em áreas de vegetação. Apesar de ser financiado por um fundo ambiental, não é o secretário de Meio Ambiente que responde pela iniciativa, mas sim Ícaro Moreno Júnior, diretor-presidente da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro). Em artigo de defesa dos muros, em abril de 2009, ele diz que quem apoia os ecolimites “realmente conhece a nossa cidade, e teme pelo pior se não forem adotadas medidas urgentes para conter a expansão de nossas favelas rumo às encostas”. Os que têm opinião contrária são os “letrados”, que acusam o governo de praticar um ato de segregação. O diretor-presidente explica também que as intervenções em favelas da Zona Sul se justificam pelo fato de o governo já ter projetos nessas comunidades. Por essa lógica, os mesmos locais receberiam programas indefinidamente, já que o governo do Estado seria incapaz de iniciar obras em outra localidade, sendo o parâmetro “existência de projetos anteriores”, não outros, uma premissa para a ação.

No mesmo artigo, Moreno Júnior usa as estatísticas para comprovar sua teoria: “Aqui no Rio, fator decisivo para essa ampliação do ritmo de desmatamento é a taxa de crescimento de favelas, cuja área de ocupação aumentou 7% de 1999 a 2008, uma expansão de três milhões de metros quadrados, o equivalente ao bairro de Ipanema”. Apesar do número expressivo, as favelas escolhidas para receber os muros foram as que menos cresceram na última década. Segundo o Instituto Pereira Passos, a área ocupada por favelas na capital subiu 6,88% (não 7%) entre 1999 e 2008. Já as favelas escolhidas para o projeto do muro cresceram apenas 1,18%, muito abaixo da média. No Dona Marta, pelo contrário, houve decréscimo da área ocupada. Na primeira favela onde foi construído o “ecolimite” a redução foi de 0,99%. Os dados reforçam o que até o policial da UPP do Dona Marta sabe: o objetivo

do muro não é conter o avanço em direção à mata. Em entrevista ao mini documentário “Arquitetura da Exclusão”, ele explica para que serve um muro de concreto de três metros de altura e 650 metros de extensão: “O muro se torna até necessário pra você manter o controle daquilo que você tem dentro dele”. A explicação do policial é simples e clara: serve para controlar os moradores da favela.

Também em abril de 2009, o site da EMOP divulgou que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente iniciaria naquele mês “o plantio das primeiras 100 mudas de sabiás - ou sansão do campo - das mil que irão cobrir todo o muro construído pelo Estado, ao longo do trecho entre a comunidade Santa Marta e a mata adjacente”. Segundo o texto, a Prefeitura contaria com a participação dos moradores para que “os muros construídos para conter a expansão de favelas, em grande parte responsável pelo desmatamento do que nos resta da Mata Atlântica, possam ser revestidos do verde da vegetação, contribuindo com a preservação e reflorestamento”. A metáfora parece perfeita. O órgão responsável pelo meio ambiente decide agir no momento de encobrir o muro com plantas. Concretiza-se assim a capa ambiental que já revestia o projeto em sua concepção, mais uma tentativa de encobrir o real motivo de sua existência.

No mesmo ano, as chuvas ocasionaram inúmeros deslizamentos deixando mortos e desabrigados na cidade. O governador Sérgio Cabral então declarou ao canal de televisão Globo News que os críticos teriam que engolir o muro: “São ocupações ilegais, irregulares, em área de encosta e situação de risco, elas não deviam estar lá. O poder público avisa, tenta removê-las, tenta impedir novas construções, mas elas insistem”. Os cariocas são muito aventureiros, já que eles insistem em morar em áreas de risco. Ele prossegue: “Como um governante responsável, não posso mais fechar os olhos para essa situação. Mais do que nunca, os muros ao redor das favelas são necessários. Os muros são para proteger a população. Os muros impedem que a população construa suas casas em áreas de encosta e se coloquem em situação de risco. Quem criticou os muros dizendo que era o muro de Berlim, o muro da Palestina, agora tem que engolir. O muro vai evitar outras tragédias como essa”.

Os acontecimentos trágicos daquele mês foram portanto usados pelo governante responsável para justificar a construção de quilômetros de muros ao redor das favelas na cidade. É o que Naomi Klein chama de doutrina do choque; a utilização de crises das mais diversas, causadas ou não por fenômenos naturais, como pretexto para impor políticas que não conseguiriam apoio em tempos normais de estabilidade. No Rio de Janeiro, deslizamentos e mortes, o discurso do “risco”, são usados então para justificar e avançar com

força na construção de muros e políticas de remoção. Mike Davis lembra que muitos dos “riscos naturais” são evitáveis. A ocupação de áreas sujeitas a inundações, encostas, antigos lixões, etc, ampliam os riscos naturais, e isso é negligenciado pelos governantes, que não agem para dar acesso à terra urbana à população de baixa renda por pressões financeiras externas. Isso faz com que os pobres sejam empurrados para espaços não desejados pelo mercado ou que não deveriam ser ocupados, como áreas de proteção ambiental.

Haesbaert, ao analisar o fenômeno dos muros no mundo (caso de Israel - Palestina, Estados Unidos - México, entre outros) e na cidade do Rio, diz que é frente à precarização social e à perda relativa de controle de seus territórios que o Estado toma medidas de reclusão e/ou contenção. Os muros seriam um dos grandes paradoxos da geografia contemporânea, pois ao lado da fluidez globalizada aparecem também os fechamentos, tentativas de controle dos fluxos e da circulação. Uma das formas de exercer o controle da circulação seria justamente a contenção territorial, como no muro do Dona Marta, ou ainda em vias expressas para evitar contato visual com a favela, no caso das “barreiras acústicas” da Linha Vermelha, que escondem o Complexo da Maré. A fala de uma moradora do local sugere que este tipo de medida, além de imposta de cima para baixo e sem nenhuma participação popular, impacta a auto-estima dos moradores e seu sentimento de pertencimento à cidade: “O que adianta esconder? A gente existe, não adianta esconder não”. Ainda para Haesbaert, o muro seria uma espécie de técnica de evitação e, assim, exerceria um efeito que o autor propõe chamar de efeito-barragem, dentro de processos mais amplos de contenção territorial.

Novas formas, velhas intenções

O projeto de construção de muros enfrentou forte reação dos moradores das favelas e de parte da opinião pública, o que fez com que o governo do Estado adotasse novas estratégias para seguir com o seu objetivo. Na Rocinha, o processo de negociação com a associação de moradores para que fossem aceitos os ecolimites incluiu reuniões, apresentação do projeto e atualizações frequentes no site da EMOP durante o período de abril a junho de 2009.

Segundo o primeiro informativo, foi realizada uma reunião no dia 30 de abril de 2009 em que participaram pela EMOP o presidente, Ícaro Moreno Júnior, o diretor de obras, José Carlos Pinto, e a diretora de Administração e Finanças, Annie Faccó. Pela Associação de

Moradores da Rocinha estiveram presentes o presidente Antonio Ferreira, o vice-presidente, Leonardo Rodrigues Lima, o diretor José Fernandes e o primeiro-secretário, Raimundo Benício de Souza. Após uma exposição sobre os benefícios dos ecolimites, foi apresentado o projeto produzido pela EMOP. Quatro das propostas tiveram aprovação unânime - o parque ecológico, a instalação do centro de estudos ambientais, a construção de novas moradias e a pavimentação e drenagem de duas vias da comunidade. No entanto, a instalação dos ecolimites foi rejeitada por parte dos representantes da Rocinha. O informativo prossegue explicando como foi contornado o impasse entre os participantes.

Foi explicado que justamente a questão da preservação é o foco do projeto, com o parque ecológico e os ecolimites. E sugeriu-se ainda que, nos trechos do parque adjacentes à mata, poderiam ser utilizados tijolos vazados ou grades, para permitir a visibilidade.

O presidente da associação, Antonio Ferreira, lembrou que um plebiscito feito na Rocinha apontara que os moradores rejeitam a construção de muros. No entanto, os representantes da EMOP lembraram que o plebiscito envolveu menos de 10% dos moradores da Rocinha, e que fora feito antes da exposição do projeto.

Os representantes da EMOP expuseram também que o problema da expansão de comunidades representa um prejuízo para toda a cidade e que pesquisa feita por um grande jornal mostrou um empate técnico entre os que são contra e os que são a favor dos ecolimites, ouvindo moradores de diversos pontos do Rio de Janeiro.

No final do encontro, realizado num ambiente de muita cordialidade, ficou acertado que a EMOP começa a instalar o canteiro de obras na segunda-feira. Na quarta-feira, técnicos da EMOP percorrerão os trechos de obras e receberão as reivindicações da comunidade para possíveis inserções ao projeto.

Não houve, portanto, espaço para se discutir a retirada do muro do projeto. A decisão foi imposta, tendo os quatro benefícios em infraestrutura e urbanização aprovados pelos representantes da Rocinha como atenuantes. Os representantes da EMOP argumentaram com uma pesquisa feita por um grande jornal, que sequer aprovava a ação, enquanto desqualificaram o plebiscito feito no local em que a política pública seria aplicada, com uma amostragem de cerca de 10% dos moradores. Uma semana depois foi anunciado o início das obras, no valor total de R\$ 21,13 milhões, e a convocação dos órgãos de imprensa para “registro dessa primeira movimentação - instalação de contêineres, chegada de operários e trabalho de topografia”, que deveriam estar às 14h na porta do Colégio Americano.

No dia 8 de maio de 2009, um novo informativo intitulado “Líderes de favelas apoiam ecolimites” foi divulgado. Segundo o texto, representantes de diversas comunidades se reuniram com o presidente da EMOP, Ícaro Moreno Júnior, liderados pelo presidente do Movimento Popular de Favelas, Willian de Oliveira, que também é morador da Rocinha mas que não esteve na reunião da semana anterior. A intenção do encontro, segundo o informativo, era levar apoio por parte de líderes comunitários ao projeto dos ecolimites e solicitar agilidade na realização do programa em suas localidades. No final do encontro, todos teriam sido unânimes em rotular os ecolimites como “muros sociais e ecológicos”. Willian afirmou que “gostaria que todos aqueles que tentam falar por nós procurassem saber o que é conviver com problemas de esgoto e lixo (‘pisar na merda e viver em meio ao podre’) decorrentes da falta de controle com a ocupação”. Além disso, o representante da favela do Caracol (Penha), Hércules Ferreira, disse que “todas as comunidades têm consciência da importância da instalação dos ecolimites, que permitem, além da preservação, conter todos os problemas causados pela expansão sem controle, e implementar programas de melhorias”.

Evidencia-se que a carência de infraestrutura urbana destes locais foi usada pela EMOP como moeda de troca para conseguir apoio aos ecolimites, e o discurso a favor do projeto foi logo incorporado pelos líderes comunitários. Uma resistência organizada como a da Rocinha foi minada com alguns equipamentos urbanos e, poucos dias depois, vários líderes comunitários estavam dispostos a murar suas comunidades por um pouco de urbanização. A fila era grande, e Ícaro Moreno determinou que a diretoria de Obras da EMOP, responsável pela materialização dos ecolimites, visitasse com as lideranças presentes na reunião as comunidades que estariam programadas para serem incluídas na próxima fase do projeto. Estavam presentes: Willian de Oliveira (Rocinha/presidente do Movimento Popular de Favelas); Reginaldo Félix (Morro da Formiga/Tijuca); Isaías Bruno (ex-presidente da associação de moradores do Morro da Babilônia); Hércules Ferreira (Caracol/Penha); Conceição Barbosa (Morro do Sereno/Penha); José Vicente de Oliveira (Morro da Caixa d’água/Penha); Sebastião Santana (Morro da Paz/Penha); Nemesse Dias (Morro da Fé/Penha) e Odmir Lourenço (Prazeres/Escondidinho – Santa Tereza).

Um mês e meio depois, em 25 de junho de 2009, foi anunciado para imprensa que o projeto do Parque Ecológico da Rocinha, nome dado ao conjunto de ações que inclui o muro de 3.900 metros de extensão, estava finalizado. Segundo o informativo, o projeto foi “elaborado em total integração com os moradores, que expuseram suas ideias através da

Oficina do Imaginário realizada na comunidade”. Apesar de já estar tudo resolvido, o presidente da EMOP, Ícaro Moreno Júnior, continuava se justificando: “Não mudamos nosso projeto. Tínhamos uma diretriz e continuamos nela. Nós nunca falamos só em ecolimites, já havíamos projetado o parque. Mas as ideias dos moradores, através do entendimento com as lideranças e da Oficina do Imaginário, contribuíram muito para o aperfeiçoamento do projeto”. O presidente da Associação de Moradores da Rocinha, Antonio Ferreira de Mello, afirmou que após as reuniões entendia que os muros eram necessários em alguns trechos para a proteção não só da mata, mas também dos próprios moradores – mesmo argumento usado por Sérgio Cabral na Globo News. E completou: “Sem problemas em relação ao muro. A comunidade está satisfeita. O parque mostra que a integração da favela com a mata é possível, e o projeto é fruto da participação dos moradores, em uma integração entre a população e o Estado”.

A reportagem do site JusBrasil destacou ainda que um riacho localizado abaixo da área conhecida como Laboriaux poderia ser descontaminado: “Funcionários da EMOP farão o trabalho de conscientização dos moradores para que evitem jogar dejetos no afluente. Caso a situação não seja resolvida pela via da informação, Ícaro Moreno cogita a instalação de mini estação de tratamento de esgoto (ETE) no local”. Ou seja, o presidente da EMOP estaria aguardando que através da “via da informação” os moradores resolvessem o problema dos seus próprios dejetos. Na lógica do Governo do Estado, o tratamento de esgoto pode ser resolvido pela conscientização, mas a ocupação de áreas de mata não. Sendo assim, na ordem de prioridade da utilização dos recursos do fundo ambiental, primeiro se constrói os muros e depois, quem sabe, as estações de tratamento de esgoto.

Além disso, aproximadamente 100 famílias tiveram que ser removidas da área conhecida como Cobras e Lagartos. Sobre o assunto, José Carlos Pinto, diretor de obras da EMOP, declarou no dia do lançamento do projeto: “Da Cobras e Lagartos, 19 (famílias) já estão saindo. Todos já foram entrevistados e vão receber indenização do valor correspondente à casa em que questão para a compra de outra pelo sistema compra assistida. Mas o parque só se viabiliza se todas as casas forem retiradas”. Carlos Pinto condiciona a construção do parque, acordada na primeira reunião com os representantes da associação de moradores, à remoção das outras 81 famílias. Dessa maneira ele transfere para a comunidade, principal interessada na urbanização, a função de pressionar as famílias remanescentes para que aceitem o quanto antes a proposta do governo, e assim não atrapalhem o andamento das obras.

Mas não apenas muros e parques são utilizados como ecolimites. Um projeto de acessibilidade na Rocinha, divulgado em um informativo da EMOP em setembro de 2009, cita um plano inclinado em construção sobre o Túnel Zuzu Angel que “funcionará como um limitador da comunidade”. De fato, o Dona Marta, primeira favela a receber o ecolimite em forma de muro, já possuía um plano inclinado com grades de proteção, que impedem o trânsito em direção à floresta. A EMOP previu também a construção de um plano inclinado no Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, mas o projeto acabou municipalizado e foi incluído no Morar Carioca. A solução encontrada pela Prefeitura foi a construção de um caminho em volta das duas comunidades, marcando fisicamente seus limites, combinado com uma fiscalização intensiva por funcionários do Posto de Orientação Urbanística e Social (Pousos) da região. No entanto, os dados do IPP sobre as áreas ocupadas pelas favelas do Leme mostram que o crescimento das duas também estava estabilizado há uma década.

3. Conclusão

A utilização do argumento ambiental para justificar o controle de famílias de baixa renda moradores de favelas vem se intensificando nos últimos anos, sendo a construção de muros e a remoção de casas ações concretas do poder público nesse sentido. A forma como vem sendo conduzida a construção dos ecolimites indica que não é a proteção da floresta e nem a segurança dos moradores que está em questão. Pelo menos quatro fatos evidenciam isso:

1. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente não ter nenhuma ingerência e não responder pelo projeto, mas sim a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, que deveria ter apenas o papel de executar as obras e não de conceber políticas públicas.
2. A instalação de ecolimites ser justificada pelo crescimento das favelas da cidade. No entanto, o projeto se concentra na Zona Sul, onde os números mostram uma expansão irrisória e, em alguns casos, negativa da área ocupada por favelas.
3. A priorização na construção de muros, em detrimento de obras essenciais como a de estações de tratamento de esgoto, prova que o meio ambiente e mesmo a saúde da população não são o foco dessa iniciativa.
4. A forma como o governo enfrentou a resistência em comunidades organizadas, como a Rocinha, indica que oferecer equipamentos urbanos e infraestrutura foi a saída encontrada para conseguir apoio a um projeto que de outra maneira não se legitimaria.

Conclui-se portanto que o discurso de proteção do meio ambiente faz parte de um programa de controle mais amplo da população de baixa renda, que inclui também o policiamento intensivo e a demarcação física dos territórios de favela, no momento em que o Rio de Janeiro se insere de maneira mais intensa nos fluxos internacionais de capital. As remoções ganham outras faces, o controle outros discursos, mas a lógica de atuação do poder público mantém o padrão segregador observado nas intervenções urbanas do Rio de Janeiro, com maior ou menor intensidade, desde o início do século XX.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN Rio / Jorge Zahar, 1987.

ARQUITETURA da Exclusão. You Tube. Revista da TAM. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nUZBkMDm8zU>. Acesso em: setembro, 2011.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

ECO-LIMITES: Os muros verdes do Rio. EMOP, Rio de Janeiro, 14/04/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=174. Acesso em: setembro, 2011.

EMOP apresenta projeto de ecolimites a líderes da Rocinha. EMOP, Rio de Janeiro, 30/04/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=179. Acesso em: setembro, 2011.

EMOP finaliza projeto do Parque Ecológico da Rocinha (foto). EMOP, Rio de Janeiro, 25/06/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=195. Acesso em: setembro, 2011.

EMOP inicia obras de materialização de ecolimites na Rocinha (foto). EMOP, Rio de Janeiro, 06/05/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=180. Acesso em: setembro, 2011.

FAZENDA do Estado. da Exclusão. Boletim de Transparência Fiscal. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/index.portal?_nfpbINFORMES EMOP. Acesso em: setembro, 2011.

HAESBAERT, Rogério. "Muros, "Campos" e Reservas: os processos de reclusão e "exclusão" territorial. In: Silva, J.; Lima, L. e Dias, D.. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira* (vol. 1). 1 ed. São Paulo: Annablume, p. 24-48, 2006.

ÍCARO Moreno apresenta Parque Ecológico da Rocinha. JusBrasil. Disponível em: <http://governo-rj.jusbrasil.com.br/politica/2731699/icaro-moreno-apresenta-parque-ecologico-da-rocinha>. Acesso em: setembro, 2011.

IPP - Áreas ocupadas por favelas. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro, 2011.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÍDERES de favelas apóiam ecolimites. EMOP, Rio de Janeiro, 08/05/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=183. Acesso em: setembro, 2011.

MARÉ – Campanha contra o Muro da Vergonha, Bloco Se Benze que Dá! You Tube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HX5tyiTD2vg>. Acesso em: setembro, 2011.

MURO do Dona Marta recebe primeiras mudas. EMOP, Rio de Janeiro, 27/04/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=177. Acesso em: setembro, 2011.

NOTÍCIAS de uma Guerra Particular. You Tube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5W0WN1IISLk>. Acesso em: setembro, 2011.

OBRAS na Rocinha levarão conscientização ambiental a moradores. EMOP, Rio de Janeiro, 03/02/2010. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=242. Acesso em: setembro, 2011.

PONTO de encontro para registro do início das obras de materialização de ecolimites na Rocinha. EMOP, Rio de Janeiro, 07/05/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=181. Acesso em: setembro, 2011.

ROCINHA ganha outro plano inclinado e pode receber estação Metrô. EMOP, Rio de Janeiro, 08/09/2009. Disponível em: http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=207. Acesso em: setembro, 2011.

SILVA, Maria Lais Pereira da. Favelas Cariocas: 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela. Rio de Janeiro: FGV, 2005.